

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE  
SUSTENTABILIDADE COMERCIAL (SIA)  
DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO EM NEGOCIAÇÃO ENTRE  
A COMUNIDADE EUROPÉIA E O MERCOSUL**

**SÍNTESE FINAL e ESTUDOS SETORIAIS**

**RELATÓRIO INICIAL**

**(Proposta de Consulta)**

**As Partes Interessadas são convidadas a submeter comentários  
sobre a presente Proposta de Consulta por e-mail:  
[sia-trade@man.ac.uk](mailto:sia-trade@man.ac.uk)**

**O presente Relatório pode ser consultado no site web do Projeto:  
[www.sia-trade.org/mercosur](http://www.sia-trade.org/mercosur)**

*O presente Relatório foi encomendado e financiado pela Comissão das Comunidades Europeias. As opiniões aqui expressas são de incumbência dos Consultores, e não representam nenhum ponto de vista oficial da Comissão.*

O presente Relatório foi preparado para a Comissão Europeia ao abrigo do Contrato No: Trade 05-G3-01 - Contrato Específico No 2

### **Parceiros do SIA Comércio UE-Mercosul**

IARC, Institute for Development Policy and Management (IDPM),  
Universidade de Manchester  
Cátedra Mercosul  
Copenhagen Economics  
ECOSTRAT Consultants, Brasil  
Estudio López Dardaine, Argentina  
GRET (Groupe de Recherche et d'Échanges Technologiques)  
Land Use Consultants  
Natural Resources Institute, Universidade de Greenwich  
WISE Development (Women in Sustainable Enterprise Development)

**Site web do Projeto:** <http://www.sia-trade.org/mercosur>

**E-mail do Projeto:** [sia-trade@man.ac.uk](mailto:sia-trade@man.ac.uk)



**GRET**



COPENHAGEN ECONOMICS



**Ecostrat**  
Consultores



# SUMÁRIO

---

## ABREVIACÕES

## RESUMO\*

### 1. INTRODUÇÃO

- 1.1 O Programa SIA Comércio UE-Mercosul
- 1.2 O Programa SIA Comércio das Comunidades Europeias
- 1.3 Estrutura do Relatório Inicial

### 2. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE SUSTENTABILIDADE COMERCIAL (SIA): METODOLOGIA E INSTRUMENTOS ANALÍTICOS

- 2.1 SIA Comércio: Uma Abordagem Integrada da Avaliação
- 2.2 Métodos Analíticos

### 3. O ACORDO DE ASSOCIAÇÃO CE-MERCOSUL

- 3.1 As Negociações Comerciais do Acordo de Associação UE-Mercosul
- 3.2 Fluxos das trocas comerciais e dos investimentos UE-Mercosul

### 4. RELATÓRIO INICIAL DA SÍNTESE FINAL\*

- 4.1 Síntese Preliminar da Fase 1 da SIA e Estudos Setoriais
- 4.2 Conclusões e Recomendações de Base
- 4.3 Questões Prioritárias para o Estudo da Fase 2

### 5. RELATÓRIO INICIAL SOBRE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO\*

- 5.1 Introdução
- 5.2 Síntese do Quadro Geral da Facilitação do Comércio na UE e no Mercosul
- 5.3 Progresso na Implementação da União Aduaneira do Mercosul
- 5.4 Pontos a Ser Tratados no Estudo da Fase 2

### 6. RELATÓRIO INICIAL SOBRE SERVIÇOS FINANCEIROS\*

- 6.1 Síntese do Quadro Geral dos Serviços Financeiros na UE
- 6.2 Síntese do Quadro Geral dos Serviços Financeiros no Mercosul
- 6.3 Outras Questões Relacionadas com os Sistemas Financeiros do Mercosul
- 6.4 Estatuto da Liberalização dos Serviços Financeiros
- 6.5 Pontos a Ser Tratados no Estudo da Fase 2

### 7. ESTRATÉGIA DE CONSULTA E DE DIVULGAÇÃO

- 7.1 Mecanismos de Consulta
- 7.2 Divulgação
- 7.3. Organizações de Contato nos Países do Mercosul

### 8. CONTEÚDO E CRONOGRAMA DOS RELATÓRIOS FUTUROS

## REFERÊNCIAS

ANEXO 1: INFORMAÇÕES DE REFERÊNCIA SOBRE O CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL NO MERCOSUL

ANEXO 2: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE BASE PARA OS ESTUDOS SETORIAIS DA FASE 1

\* Disponíveis em Português e Espanhol

## RESUMO

---

No âmbito do compromisso que assumiu de garantir coerência entre suas medidas de política e o objetivo mais amplo do desenvolvimento sustentado, a Comissão Europeia lançou a partir de 1999 um programa ainda em andamento de estudos da Avaliação do Impacto de Sustentabilidade (SIA) de todas as negociações comerciais da UE. Dentro deste programa, uma série de SIAs foi encomendada para as negociações em curso visando um acordo comercial entre a UE e a área comercial do Mercosul, composta por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Haverá três componentes de SIA a realizar na presente fase final do programa SIA UE-Mercosul: um estudo setorial sobre Facilitação do Comércio; um estudo setorial sobre os Serviços Financeiros; e a Síntese Final SIA. A Síntese Final SIA irá atualizar a Síntese Preliminar SIA que foi completada durante a primeira fase do programa, e integrar esta análise aos estudos setoriais sobre Facilitação do Comércio e Serviços Financeiros, conjuntamente com os estudos setoriais sobre Agricultura, Automóveis e Silvicultura que foram realizados na fase anterior.

O estudo SIA avaliará os impactos econômicos, sociais e ambientais potenciais da proposta de acordo nos países do Mercosul e da UE, e proporá medidas no sentido de evitar, prevenir ou atenuar os impactos negativos, e de melhorar os impactos benéficos.

O presente Relatório Inicial do projeto providencia dados de referência que serão utilizados no estudo, identifica as principais questões de sustentabilidade que serão aprofundadas, e apresenta propostas quanto à metodologia a ser usada.

Há oito secções no relatório. A Secção 1 providencia uma introdução e uma síntese geral. A Secção 2 descreve a metodologia proposta, inclusive ampliações significativas da metodologia utilizada em SIAs precedentes. A Secção 3 resume a situação atual das negociações UE-Mercosul, e faz uma apresentação geral do modelo de comércio e de investimento na região do Mercosul, particularmente com relação ao comércio com a UE. A Secção 4 providencia dados relacionados com o estudo da Síntese Final e resume as conclusões da Síntese Preliminar SIA da Fase 1, bem como os estudos setoriais sobre automóveis, agricultura e silvicultura. As Secções 5 e 6 apresentam informações específicas relacionadas com os dois estudos setoriais a serem realizados sobre Facilitação do Comércio e Serviços Financeiros.

As consultas com as partes interessadas tanto na UE quanto com seus parceiros comerciais é um componente fundamental da metodologia SIA. A Secção 7 do relatório descreve a estratégia em termos de consultas das partes interessadas e de divulgação das informações e das conclusões. Finalmente, a Secção 8 resume o cronograma e o conteúdo previewal do relatório a meio-percurso e do relatório final.

## **4. RELATÓRIO INICIAL DA SÍNTESE FINAL**

---

### **4.1 Síntese Preliminar da Fase 1 da SIA e Estudos Setoriais**

A primeira fase da SIA Comércio UE-Mercosul foi concluída em Novembro de 2007. Esta fase tinha dois componentes:

- Uma SIA Comércio Global Preliminar actualizada
- Três estudos setoriais da SIA Comércio para Automóveis, Agricultura e Silvicultura

O objetivo do estudo sintético preliminar era de providenciar uma primeira identificação das principais questões de sustentabilidade, bem como dos grupos sociais e das áreas geográficas mais potencialmente afetados, e de propor uma série de estudos setoriais para análise na fase seguinte do contrato, a ser definido em consultas com a Comissão e a Sociedade Civil.

A meta de cada um dos três estudos setoriais era de fornecer uma análise da importância previsível dos impactos sociais, económicos e ambientais para o setor, e de propor medidas tanto preventivas como de acompanhamento, ou ainda, outros ajustes que poderiam lidar eficazmente com quaisquer impactos negativos da liberalização e/ou promover seus impactos positivos nestes três setores.

Na Fase 2, as conclusões tanto da Síntese Preliminar SIA Global como dos três estudos setoriais serão integradas na Síntese Final da SIA Comércio CE-Mercosul. Da mesma forma, as principais questões de sustentabilidade e os grupos sociais e áreas geográficas potencialmente afetados identificados na Fase 1 da SIA Global Preliminar serão estudados de maneira aprofundada na Fase 2.

### **4.2 Conclusões e Recomendações de Base<sup>1</sup>**

A SIA Global Preliminar analisou os impactos de um cenário postulado de liberalização comercial para quatro componentes de um acordo comercial UE-Mercosul: o setor da agricultura, o setor dos bens industriais, os serviços, e as medidas relacionadas com regulamentações (investimentos, facilitação do comércio e mercados públicos).

A avaliação tomou por base um leque de dados comprovados, inclusive os resultados da modelização CGE da liberalização do comércio UE-Mercosul, análises econométricas, estudos académicos e de casos, pareceres de peritos e as opiniões das principais partes interessadas.

**Para os países do Mercosul**, o modelo CGE prevê que uma liberalização total levaria a ganhos económicos estáticos em termos de bem-estar de cerca de 0,5% do PIB na Argentina, de 1,5% no Brasil e de 2,1% no Uruguai, e talvez de até 10% do PIB no Paraguai. A maior parte dos ganhos estáticos em termos de bem-estar em cada um dos países do Mercosul provem da liberalização dos bens, com uma contribuição menor

---

<sup>1</sup> A presente secção resume as conclusões e recomendações principais da Fase 1 da SIA Global Preliminar Comércio. As conclusões e propostas de medidas de acompanhamento para os três estudos setoriais (automóveis, silvicultura e agricultura) constam do Anexo 1.

da liberalização comercial transfronteiriça no setor dos serviços. Há também ganhos potenciais significativos nas medidas de facilitação do comércio, mas não podem ser modelizadas com um grau de certeza correto. As mudanças setoriais indicadas pelo modelo vão geralmente na direção oposta às na UE, e aqui também, são maiores. Os setores da agricultura e dos alimentos processados deveriam se expandir, enquanto os têxteis e vestuário, a madeira, a polpa e papel, os produtos químicos, os metais, os veículos a motor, o equipamento de transporte (com exceção da Argentina) e a maquinária deveriam todos declinar. Deveria ocorrer também um declínio de produtividade para os serviços financeiros, os serviços públicos (exceto Uruguai) e os serviços às empresas.

Os ganhos econômicos deveriam aumentar a longo prazo nos países do Mercosul. A exposição à concorrência deveria induzir ganhos de eficácia e de produtividade, e as oportunidades de novos investimentos bem como as perspectivas de taxas de retorno maiores deveriam atrair os investimentos estrangeiros e nacionais, em função dos outros fatores que afetam o clima dos investimentos. No entanto, o ritmo da liberalização e a adoção de medidas complementares do lado da oferta irão afetar a dimensão dos ganhos associados ao crescimento dos investimentos e da produtividade.

O estudo identifica os impactos sociais no Mercosul que são benéficos tanto a curto prazo como a longo prazo, e outros que poderiam ser negativos, a não ser que sejam tomadas ações de atenuação efetivas. Os impactos negativos potenciais incluem perdas potenciais de empregos em algumas partes do setor manufatureiro e uma deterioração das normas laborais decentes em algumas partes do setor agrícola rural. Os impactos em termos de igualdade entre sexos deveriam ser mitigados e relativamente reduzidos.

As expectativas em termos de impactos ambientais são que sejam tanto positivos como negativos. Os principais impactos que foram identificados são (i) oportunidades de serviços ambientais melhorados, dependendo de um apoio contínuo do governo e de uma regulamentação efetiva (ii) um risco de maior poluição das águas, exigindo uma regulamentação mais drástica (iii) um impacto negativo potencialmente significativo sobre a biodiversidade, exacerbado por uma maior procura na Europa por biocombustíveis, particularmente provenientes do Brasil. Impactos menos significativos que são identificados incluem uma degradação potencial dos estoques de recursos nas águas e nos solos, a poluição do ar, a difusão de doenças vegetais e ameaças ao bem-estar dos animais.

Os impactos previstos do acordo comercial proposto sobre mudanças climáticas são mistos. Os estudos de modelização econômica indicam uma ligeira redução das emissões de gases de estufa a partir da redistribuição da produção entre o Mercosul e a UE, em contrapartida de um aumento maior devido ao incremento do transporte internacional. Esforços no sentido de reduzir as emissões da UE pela utilização dos biocombustíveis para substituir os combustíveis fósseis deveriam ser fortemente beneficiados com uma redução das barreiras às importações do etanol do Mercosul.

**Para a UE**, a avaliação constatou que os impactos econômicos deveriam ser globalmente positivos. O modelo CGE estima que uma liberalização total traria um ganho econômico em bem-estar de cerca de 0,1% do PIB. Ganhos adicionais

poderiam decorrer dos efeitos dinâmicos relacionados com uma melhor produtividade em um contexto de maior concorrência e de economias de escala. Os ganhos em bem-estar econômico estão associados a aumentos na produtividade de alguns setores e a baixas em outros. As previsões para a produtividade dos serviços e dos bens manufaturados vão no sentido de um aumento, enquanto o setor agrícola em geral, e o do processamento de alimentos em particular, deveriam sofrer uma contração. Efeitos antecipados na UE10 são semelhantes aos na UE15, embora relativamente menores.

A diminuição na produção dos setores da agricultura e do processamento de alimentos irá reduzir o emprego nestes setores. Se não for atenuado com programas de apoio adequados ou com outras medidas de política, este processo de ajuste poderá acarretar impactos sociais negativos em certas localidades. Impactos ambientais tanto positivos como negativos irão surgir, associados com mudanças na produção. Estes impactos deveriam ser localizados e de pequeno porte, e não deveriam ser significativos no contexto de um regime de regulamentação efetivo.

## **Propostas de Atenuação e de Melhoria**

O objetivo das medidas de acompanhamento consiste em definir um pacote de iniciativas no sentido de alcançar o melhor resultado possível, não só em termos de liberalização do comércio e de crescimento econômico, mas também de outros componentes do desenvolvimento sustentado. As medidas de acompanhamento visam a maximizar os impactos positivos das negociações comerciais em pauta, e a prevenir ou reduzir quaisquer impactos negativos potenciais.

Uma série de propostas de medidas de acompanhamento são apresentadas no relatório, e recomendações são feitas para três tipos de ações: aquelas ações que podem ser tomadas no âmbito do acordo comercial proposto; ações por parte de outros responsáveis na UE e no Mercosul; ações que se inscrevem na assistência ao desenvolvimento da UE em direção aos países do Mercosul. As iniciativas de acompanhamento propostas são as seguintes:

- Elaborar um programa sequencial e diferenciado de liberalização do comércio que irá atenuar os custos de ajuste potenciais.
- Examinar a possibilidade de estabelecer um programa de assistência aos ajustes comerciais UE-Mercosul para atenuar os efeitos no Mercosul dos ajustes, no mercado de trabalho, da liberalização do comércio entre a UE e o Mercosul.
- Preparar um relatório de Avaliação do Impacto Regulamentar (RIA em inglês) sobre as regulamentações 'na fronteira' e 'atrás da fronteira' que afetam os fluxos de comércio e de investimentos entre a UE e o Mercosul.
- Estabelecer um órgão institucional permanente encarregado de monitorar os impactos econômicos, sociais e ambientais do acordo UE-Mercosul.
- Os países da CE e do Mercosul deveriam tentar integrar as implicações, em termos de recursos, das medidas de acompanhamento no âmbito do programa 2007-2013 de cooperação para o desenvolvimento UE-Mercosul.
- As medidas de acompanhamento deveriam ser acordadas como fazendo parte do acordo comercial, de maneira a garantir que funcionem como medidas efetivas e oportunas, em termos de prevenção e atenuação.

### **4.3 Questões Prioritárias para o Estudo da Fase 2**

Os resultados do relatório geral preliminar da Fase 1 visam a ajudar na identificação das questões a serem aprofundadas na Fase 2. Tem que ver com o conteúdo e a cobertura detalhados da Síntese SIA, e com os dois estudos setoriais que serão concluídos durante a segunda fase do programa.

A identificação das áreas prioritárias está baseada na pertinência provável dos impactos de sustentabilidade tais como avaliados no relatório da Fase 1. São examinados os impactos econômicos, ambientais e sociais, tanto positivos como negativos. Quanto maior for a pertinência provável, quanto mais deveria ser

necessária uma avaliação detalhada. Isto vale mais particularmente quando existe a probabilidade de que um dos três tipos de impacto tenha pertinência, e quando este fato inclui impactos negativos potencialmente significativos.

A metodologia de identificação das áreas prioritárias para os estudos da Fase 2 implicou uma combinação de informações a partir das fontes seguintes:

- os resultados de sustentabilidade projetados a partir de sua importância relativa numa perspectiva econômica, social e ambiental<sup>2</sup>
- a orientação das mudanças relativamente a condições básicas;
- a natureza, a ordem de grandeza, a extensão geográfica, a duração e a reversibilidade das mudanças;
- a dimensão do estresse econômico, social e ambiental existente nas áreas envolvidas;
- o nível até o qual cada setor pode sofrer o impacto das negociações comerciais UE-Mercosul<sup>3</sup>
- consultas com a sociedade civil e a Comissão Europeia<sup>4</sup>
- as áreas prioritárias de cooperação identificadas no Documento de Estratégia Regional 2007-2013 CE-Mercosul<sup>5</sup>

A priorização das questões e dos setores transversais foi efetuada de forma qualitativa, com o suporte de dados quantitativos, quando disponíveis. Nos critérios de priorização de setores, convém incluir uma dimensão relativa de escala, para fins comparativos. Para sub-setores individuais, foi levada em conta a extensão das mudanças projetadas no volume das trocas para o sub-setor, bem como os impactos potenciais em cada uma das três esferas de desenvolvimento sustentável. Foram derivadas destes fatores estimativas latas a partir da avaliação na Fase 1. Como resultado deste exercício de priorização, foram selecionados os pontos e setores transversais seguintes, para serem recomendados à Comissão no sentido de um estudo detalhado na Fase 2.

#### Impactos Significativos Identificados no Relatório da Fase 1

- Liberalização do setor dos serviços, inclusive os serviços financeiros, os serviços ambientais e os serviços às empresas
- Facilitação do comércio
- Biocombustíveis
- Condições de vida em meio rural, inclusive os impactos sobre normas laborais decentes e sobre igualdade entre sexos
- Ameaças ao bem-estar animal

#### Questões Significativas Identificadas no Processo de Consulta

---

<sup>2</sup> A partir das conclusões dos relatórios da Fase 1

<sup>3</sup> Os relatórios da Fase 1 fornecem indicadores tabulares da importância dos impactos previstos, em termos sociais, econômicos e ambientais, da liberalização do comércio, numa base setor por setor.

<sup>4</sup> Os resultados das consultas com a sociedade civil na Fase 1 podem ser consultados no site web do projeto [www.sia-trade.org](http://www.sia-trade.org), e no site web da DG Comércio.

<sup>5</sup> CE, Mercosul: Documento de Estratégia Regional 2007-2013. 16 de Fevereiro de 2007

- Bem-estar animal, inclusive no setor do frango
- Normas e segurança alimentares

### Prioridades Identificadas no Documento de Estratégia Regional 2007-2013 CE-Mercosul

O documento de estratégia identifica um apoio ao aprofundamento do Mercosul em todos os aspectos, como medida complementar ao Acordo de Associação UE-Mercosul e como uma área prioritária para o apoio da CE. As áreas de ação incluem:

- O incentivo à integração do mercado e da produção do Mercosul, inclusive pela suspensão das barreiras não-tarifárias
- Segurança alimentar/higiene dos alimentos
- Proteção do meio ambiente.

Os resultados do exercício de priorização estão resumidos na Tabela 13

**Tabela 13: Áreas prioritárias para estudos SIA detalhados**

Setor	Importância				Comentários
	Econômica	Social	Ambiental	Volume de Comércio	
Biocombustíveis	xx	xx	xx	xx	Questão chave identificada na SIA Agricultura da Fase 1 e na SIA Global
Facilitação do comércio	xx	x	x	xx	Impactos benéficos potencialmente grandes dependendo de fatores complexos
Serviços financeiros	x	xx	x	x	Impactos potencialmente significativos identificados na SIA Fase 1
Serviços às empresas	x	x	x	x	Impactos potencialmente significativos identificados na SIA Fase 1
Serviços ambientais					Impactos potencialmente significativos identificados na SIA Fase 1
Condições de vida em meio rural (inclusive os impactos sobre trabalho decente e igualdade entre sexos)	x	xx	x	xx	Questão chave identificada na SIA Fase 1
Integração do Mercosul	xx	x	x	xx	Área prioritária do Documento de Estratégia Regional CE-Mercosul
Bem-estar animal, inclusive no setor do frango	x	x	x	x	Forte preocupação para o setor do frango na UE
Normas e segurança alimentares	x	x	x	x	Preocupação com alguns sub-setores agrícolas e grupos de consumidores da UE
Proteção do meio ambiente	x	xx	x	x	Tem que ver especialmente com a implementação das disposições ambientais do Acordo de Associação UE-Mercosul e as medidas de acompanhamento recomendadas no SIA Comércio

xx: importância alta  
x: importância média

Os impactos no setor dos biocombustíveis foram examinados a fundo no estudo da Fase 1. A Facilitação do Comércio e os Serviços Financeiros foram selecionados para estudos setoriais separados na Fase 2. Os outros setores e pontos identificados na Tabela 13 receberão uma atenção particular na SIA Global da Fase 2.

## 5. RELATÓRIO INICIAL SOBRE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO

---

### 5.1 Introdução<sup>6</sup>

As reduções de barreiras tarifárias nas rodadas sucessivas das negociações comerciais internacionais, a expansão contínua do comércio mundial, e o crescimento das práticas de gestão da cadeia logística da oferta mundial acarretaram uma maior preocupação com o impacto sobre o comércio internacional dos custos das transações comerciais na-fronteira e dentro-da-fronteira. Foi dito que os custos das transações comerciais são um fator fundamental para explicar o perfil dos fluxos de trocas e de investimentos internacionais (Deardorff, 2001). Estimativas sobre a proporção dos custos das transações comerciais diretamente induzidos variam entre 2 e 15 por cento do total das trocas comerciais (OECD, 2005). Conforme o ritmo da integração mundial vai continuando, a capacidade dos países em desenvolvimento de se ligarem a mercados mundiais e regionais vai sendo cada vez mais afetada pelos custos que o setor privado assume nas transações comerciais.

Em regra geral, considera-se que a facilitação do comércio envolve uma redução dos custos de transação associados à aplicação, à regulamentação e à gestão das políticas comerciais, e as reformas nesta área visam a reduzir os custos envolvidos no movimento transfronteiriço de bens e de serviços (Staples, 2002). Num sentido menos lato, a definição das medidas de reforma da facilitação do comércio limita-se à parte logística do movimento de mercadorias pelos portos, ou a uma documentação de movimentação mais eficaz com relação ao comércio transfronteiriço. Uma definição mais lata inclui o contexto dentro do qual são realizadas as transações, a transparência e o profissionalismo dos quadros alfandegários e regulamentadores, e também, a harmonização das normas e o cumprimento das regulamentações internacionais ou regionais (Wilson *et. al.* 2004).

Vários estudos de pesquisas confirmaram que um quadro melhor de facilitação do comércio aumenta os volumes exportados. Wilson *et al.* (2004) estimaram o impacto da facilitação do comércio sobre os fluxos comerciais a partir de uma metodologia de modelo de gravidade<sup>7</sup>. Seus resultados indicam fortes aumentos potenciais nas taxas de trocas e de crescimento derivadas das reformas de facilitação do comércio nos países que têm custos de transação superiores à média. Djankov *et al.* (2006) constatam que, em média, cada dia adicional de atraso de um produto antes de sua expedição reduz as trocas em um mínimo de 1 por cento. Nordas *et al.* (2006) analisam a relação entre o tempo necessário para as exportações e as importações, os serviços logísticos e o comércio internacional, e observam que os atrasos resultam em volumes de trocas menores e reduzem a probabilidade das empresas de penetrarem mercados de exportação com produtos sensíveis ao fator tempo. Clarke (2005) estudou os fatores que afetam a performance nas exportações de empresas transformadoras em países africanos, a partir de uma análise transfronteiriça da indústria de transformação, e constata que as empresas transformadoras têm menos

---

<sup>6</sup> O presente capítulo foi preparado com a assistência do Estudio López Dardaine, Buenos Aires

<sup>7</sup> Os autores usam uma definição lata da facilitação do comércio que abrange a eficiência dos portos, o quadro alfandegário, a harmonização regulamentar e o acesso e utilização da internet.

possibilidades de exportar nos países onde imperam administrações alfandegárias insuficientes e regulamentações aduaneiras e comerciais restritivas.

## 5.2 Síntese do Quadro Geral da Facilitação do Comércio na UE e no Mercosul

O modelo CETM inclui a facilitação do comércio como uma parte do cenário de liberalização total, modelizando o impacto de uma redução de 1% dos custos comerciais. Para a UE, a facilitação do comércio foi apontada como sendo a mais importante medida de liberalização do comércio, representando aproximadamente a metade do aumento da renda real para a UE25. Outros estudos de modelização da facilitação do comércio como parte da liberalização do comércio também mostram ganhos significativos (Engman, 2005). Para o Mercosul, a facilitação do comércio representou aproximadamente 30% dos ganhos agregados em bem-estar derivados de uma liberalização do comércio total. A liberalização do comércio representou mais de 60% dos ganhos em renda real totais.

Estes últimos anos, o Banco Mundial empreendeu várias iniciativas de pesquisa que visavam a comparar os quadros gerais de facilitação do comércio dos países. O projeto "Doing Business" avaliou o quadro de facilitação do comércio relativamente às áreas seguintes: (1) o número do total de documentos exigidos para exportar/importar mercadorias, (2) o tempo necessário para cumprir com todos os procedimentos exigidos para exportar/importar mercadorias, e (3) o custo relacionado com todos os procedimentos exigidos para exportar/importar mercadorias.

As Tabelas 14 e 15 indicam as estimativas do "Doing Business" relativamente aos indicadores de facilitação do comércio, para os países da UE e os países do Mercosul.

**Tabela 14: Quadro Geral da Facilitação do Comércio - em algumas economias da UE (dados "Doing Business")**

	Documentos para as exportações (número)	Tempo para as exportações (dias)	Custo das exportações (em dólares por container)	Documentos para as importações (número)	Tempo para as importações (dias)	Custo das importações (em dólares por container)
Áustria	4	8	843	5	8	843
Bélgica	4	8	1600	5	9	1600
Bulgária	5	23	1329	7	21	1377
República Checa	5	16	775	7	18	860
Dinamarca	4	5	540	3	5	540
Estónia	3	5	675	4	5	675
Finlândia	4	8	420	5	8	420
França	4	11	1028	5	12	1148
Alemanha	4	7	740	5	7	765
Grécia	5	20	998	6	25	1245
Hungria	5	18	975	7	17	975
Irlanda	4	7	1090	4	12	1139
Itália	5	20	1291	5	18	1291
Letônia	6	13	800	6	12	800
Lituânia	6	10	820	6	13	980
Luxemburgo	5	6	1250	4	6	1250

Países Baixos	4	6	880	5	6	1005
Polônia	5	17	834	5	27	834
Portugal	6	16	580	7	16	994
Romênia	5	12	1075	6	13	1075
Eslováquia	6	25	1015	8	25	1050
Eslovênia	6	20	971	8	21	1019
Espanha	6	9	1000	8	10	1000
Suécia	4	8	561	3	6	619
Reino Unido	4	13	940	4	13	1267

Fonte: Banco Mundial, 2003-2006 (ordem alfabética em inglês)

**Tabela 15: Quadro Geral da Facilitação do Comércio - dados "Doing Business"**

	<b>Documentos para as exportações (número)</b>	<b>Tempo para as exportações (dias)</b>	<b>Custo das exportações (em dólares por container)</b>	<b>Documentos para as importações (número)</b>	<b>Tempo para as importações (dias)</b>	<b>Custo das importações (em dólares por container)</b>
Argentina	9	16	1,325	7	20	1,825
Brasil	8	18	1,090	7	22	1,240
Paraguai	9	35	720	10	33	900
Uruguai	10	24	925	10	23	1,180

Fonte: Banco Mundial, 2003-2006

A Tabela 14 indica que os custos de facilitação do comércio variam bastante conforme os países da União Européia. O custo de importação de um container vai desde 420 dólares na Finlândia até 1 600 dólares na Bélgica. Em treze Estados Membros da UE, o custo é superior a 1 000 dólares por container. Estes treze países incluem a Bélgica, a França, a Irlanda, a Itália, os Países Baixos e o Reino Unido.

A Tabela 15 indica que o custo de importação de um container no Mercosul varia de 900 dólares no Paraguai a 1 825 dólares na Argentina.

Um projeto de pesquisa mais recente do Banco Mundial (Arvis, 2007) realizou uma compilação do Índice de Performance Logística (IPL), que providencia uma imagem mais pormenorizada das diferenças entre os países em termos de quadro geral da facilitação do comércio, analisando a qualidade de sub-componentes específicos da cadeia logística da oferta. Avaliou este quadro para sete áreas de performance: (1) Eficácia do processo de desembarço aduaneiro pelas autoridades aduaneiras e outras agências na fronteira; (2) Qualidade das infra-estruturas de transporte e de tecnologias de informação para a parte logística; (3) Facilidade e acessibilidade da organização de expedições internacionais; (4) Competência da indústria de logística local; (5) Capacidade de localizar e rastrear as expedições internacionais; (6) Custos da logística nacional; (7) Pontualidade das expedições para chegar à sua destinação.

As Tabelas 16 e 17 apresentam os índices estimados de performance logística para os Estados Membros da UE e para o Mercosul.

**Tabela 16: Performance Logística nas Economias da UE**

	IPL		Alfândegas		Infra-estruturas		Expedições		Competência		Transbordo		Pontualidade	
	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor
P. Baixos	2	4,2	1	3,99	1	4,29	1	4,05	1	4,25	4	4,14	5	4,38
Alemanha	3	4,1	4	3,88	3	4,19	4	3,91	3	4,21	5	4,12	8	4,33
Suécia	4	4,1	5	3,85	5	4,11	5	3,9	6	4,06	3	4,15	4	4,43
Áustria	5	4,1	8	3,83	9	4,06	3	3,97	4	4,13	12	3,97	3	4,44
Reino Unido	9	4	13	3,74	10	4,05	6	3,85	7	4,02	6	4,1	11	4,25
Irlanda	11	3,9	10	3,82	19	3,72	11	3,76	11	3,93	15	3,96	9	4,32
Bélgica	12	3,9	16	3,61	11	4	16	3,65	10	3,95	14	3,96	10	4,25
Dinamarca	13	3,9	2	3,97	14	3,82	15	3,67	15	3,83	17	3,76	18	4,11
Finlândia	15	3,8	14	3,68	17	3,81	30	3,3	14	3,85	2	4,17	15	4,18
França	18	3,8	21	3,51	16	3,82	18	3,63	19	3,76	16	3,87	23	4,02
Itália	22	3,6	29	3,19	23	3,52	21	3,57	21	3,63	21	3,66	27	3,93
Luxemburgo	23	3,5	15	3,67	13	3,86	45	3	33	3,22	26	3,56	25	4
Espanha	26	3,5	30	3,17	24	3,51	23	3,45	24	3,55	22	3,63	29	3,86
Portugal	28	3,4	26	3,24	31	3,16	33	3,23	34	3,19	30	3,44	21	4,06
Grécia	29	3,4	31	3,06	35	3,05	37	3,11	28	3,33	27	3,53	16	4,13
Hungria	35	3,2	34	3	33	3,12	41	3,07	37	3,07	44	3	34	3,69
Eslovênia	37	3,1	40	2,79	29	3,22	36	3,14	36	3,09	52	2,91	33	3,73
Rep Checa	38	3,1	36	2,95	36	3	43	3,06	42	3	35	3,27	42	3,56
Polônia	40	3	38	2,88	51	2,69	52	2,92	38	3,04	40	3,12	40	3,59
Letônia	42	3	58	2,53	58	2,56	29	3,31	48	2,94	41	3,06	35	3,69
Estônia	47	3	42	2,75	41	2,91	56	2,85	45	3	58	2,84	53	3,35
Eslováquia	50	2,9	55	2,61	52	2,68	38	3,09	40	3	55	2,87	60	3,26
Roménia	51	2,9	56	2,6	50	2,73	35	3,2	52	2,86	56	2,86	66	3,18
Bulgária	55	2,9	66	2,47	63	2,47	59	2,79	53	2,86	39	3,14	43	3,56

Fonte: Arvis et al, 2007

**Tabela 17: Performance Logística no Mercosul**

	IPL		Alfândegas		Infra-estruturas		Expedições		Competência		Transbordo		Pontualidade	
	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor
Argentina	45	3	51	2,65	47	2,81	49	2,97	44	3	46	3	46	3,5
Brasil	61	2,8	74	2,39	49	2,75	74	2,61	49	2,94	65	2,8	72	3,1
Paraguai	71	2,6	100	2,2	64	2,47	113	2,29	73	2,63	68	2,7	63	3,23
Uruguai	79	2,5	86	2,29	70	2,38	100	2,4	84	2,45	77	2,6	82	3

Fonte: Arvis, 2007

Como era de se prever, os resultados mostram que a qualidade do quadro da facilitação do comércio está estreitamente relacionada com o nível de renda do país considerado, sendo que as posições mais altas são atingidas nos países da UE mais que no Mercosul. No entanto, em termos comparativos, os valores para a facilitação do comércio nos países do Mercosul colocam a Argentina e o Brasil entre os dez melhores desempenhos de seu grupo de renda. O Paraguai e o Uruguai têm números de índices de performance logística inferiores e se classificam nas posições 71 e 79 respectivamente. A análise de sub-componentes específicos da qualidade da logística indica que as economias do Mercosul têm um desempenho menor na área do quadro aduaneiro, mas que registram resultados melhores que a média em termos de qualidade das infra-estruturas de transporte e de tecnologias da informação para a parte logística.

### **5.3 Progresso na Implementação da União Aduaneira do Mercosul**

A análise acima apresentada da facilitação do comércio para Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai não leva em conta os problemas relacionados com a integração de cada Estado Parte do Mercosul dentro de um bloco comercial único. O tratado de Assunção de 1991 contempla a criação de uma união aduaneira com uma Tarifa Externa Comum (TEC) e um Código Aduaneiro Comum. Os progressos na realização destes objetivos foram até agora limitados, uma vez que foram aprovadas muitas isenções ao TEC, e, hoje, os quatro países ainda aplicam tarifas externas diferentes para algumas mercadorias (INTAL, 2006).

Os exportadores que exportam para o Mercosul muitas vezes pagam tarifas duplas: uma ao entrar dentro do Mercosul, e mais uma na fronteira do país de destino no Mercosul. De fato, o Mercosul pode ser caracterizado como sendo uma união aduaneira imperfeita, na qual quatro territórios aduaneiros diferentes coexistem em vez de um território único. Esta situação cria custos adicionais significativos para os exportadores que exportam para e dentro do Mercosul. Há ainda o fato que a Tarifa Externa Comum contém várias centenas de isenções, quando se leva em consideração o conjunto dos quatro países. O Paraguai chega em primeiro lugar neste contexto, seguido do Uruguai. A Argentina e o Brasil têm listas de isenções à TEC que foram sendo sucessivamente reduzidas em número no decorrer dos últimos oito anos.

Devido a pressões tanto internas como externas, as questões chave relativas à união aduaneira do Mercosul e à facilitação do comércio dentro do Mercosul tornaram-se recentemente um ponto importante da agenda interna do Mercosul. Contudo, os progressos realizados quanto a essas questões foram até hoje limitados.

Consciente da necessidade de sintonizar a Política de Tarifa Comum do Mercosul, o Conselho do Mercado Comum priorizou 3 tarefas no âmbito do Programa de Trabalho 2004-2006: (1) Definir uma proposta de eliminação da dupla cobrança da TEC que deveria trazer uma solução ao problema da distribuição das receitas alfandegárias entres os Estados Partes; (2) Identificar setores prioritários para o estabelecimento de regimes de importação especiais comuns, inclusive os Bens de Capital e os Produtos das tecnologias da informação e das telecomunicações (ITTG em inglês); (3) analisar de maneira mais aprofundada a dispersão e as coesões da TEC.

Estas prioridades de política deram lugar à Decisão 54/04 de Dezembro de 2004 do Conselho Ministerial do Mercosul, sobre a livre circulação de bens e a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum de mercadorias importadas. A Decisão 37/05 que seguiu, ao regulamentar a primeira etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC, só se aplica a duas categorias de produtos: (1) aqueles cuja TEC era de zero em todos os Estados Partes; e (2) aqueles para os quais os quatro membros do Mercosul tinham concedido uma preferência tarifária de 100% em benefício de um país terceiro. Ficaram excluídos os itens tarifários ao abrigo do (1), incluídos nas listas nacionais de isenções à TEC, e foram também excluídos aqueles produtos ao abrigo das condições (1) e (2) aos quais algum esquema de proteção comercial, como medidas antidumping, direitos de compensação ou medidas de salvaguarda, era aplicado em um dos Estados Partes (INTAL, 2007).

Para 2006-07, foram planificados estudos para definir de que maneira implementar a segunda etapa contemplada na Decisão 54/04 relativamente à eliminação da dupla cobrança da TEC para outros produtos. Foram estabelecidos três requisitos a serem cumpridos nesta etapa: a entrada em vigor do Código Aduaneiro Comum, a interconexão online do sistema informático das administrações alfandegárias dos quatro parceiros, e a adoção de um mecanismo de distribuição das receitas alfandegárias (Intal, 2008).

Algumas fases de implementação da Decisão 54/04 já foram concluídas:

- A interconexão digital entre as entidades alfandegárias do Mercosul
- A livre circulação de bens com uma Tarifa Externa Comum de zero
- A livre circulação de bens de países terceiros que têm acordos comerciais com o Mercosul onde é dada uma preferência tarifária de 100 por cento, se esta preferência foi concedida a um mesmo nível de abatimento por cada um dos quatro países do bloco comercial.

As etapas cruciais ainda pendentes sobre as quais os países do Mercosul trabalham atualmente são:

- A distribuição das receitas alfandegárias entre os quatro países
- Um Código Aduaneiro Comum para o Bloco Mercosul

Quanto ao Código Aduaneiro, apesar de um texto ter sido aprovado em 1994, nunca foi integrado nas legislações dos Estados Partes. Em Julho de 2006, um Grupo Ad Hoc foi criado para submeter propostas sobre esta questão. Foi realizado algum progresso, mas não se chegou ainda a um consenso sobre vários artigos (Intal, 2008).

Um outro problema relacionado com a facilitação do comércio entre os membros do Mercosul é o mecanismo de distribuição das receitas alfandegárias, que é um requisito prévio para uma plena harmonização da TEC. A dificuldade principal tem que ver com a posição do Paraguai. O Paraguai está preocupado com a necessidade de garantir um nível mínimo de receitas alfandegárias, uma vez que os direitos de importação representam aproximadamente 18% do total das receitas alfandegárias do Paraguai (INTAL 2006). Esta proporção é muito inferior nos outros países do Mercosul, já que os direitos de importação representam aproximadamente 2% das receitas alfandegárias no Brasil, 3% na Argentina e 5% no Uruguai.

No que tange à interconexão entre as entidades alfandegárias, este trabalho está agora concluído. A Comissão Comércio criou uma página web única para que cada Estado Parte possa acessar as operações comerciais estrangeiras dos outros parceiros do Mercosul (INTAL 2007). Finalmente, foi formada uma força-tarefa especial encarregada de realizar para o CMC análises técnicas nesta área. Em meados de 2007, o grupo chegou a um consenso sobre as entidades nacionais que serão incumbidas de efetuar a cobrança, a distribuição e a atribuição dos fundos (INTAL, 2008). No início de 2008, o texto para um Código Mercosul tinha sido em boa medida acordado entre os membros. O objetivo atual visa uma implementação até o final de 2008. Uma questão que irá exigir negociações e parecer jurídico é a das taxas sobre exportações aplicadas pela Argentina. Se se puder negociar uma resposta para esta questão, o prazo visado poderá de fato ser alcançado.

Como o sublinhou o Relatório Mercosul nº12 (INTAL, 2008), apesar do enfoque maior dado à harmonização da TEC, parece pouco provável que o Mercosul consiga a livre circulação de uma amostra de mercadorias em 2008, em razão tanto das dificuldades técnicas existentes em termos de implementação, como das modificações jurídicas que isto exigiria em cada um dos Estados Partes do Mercosul (inclusive, até, possivelmente emendas constitucionais em alguns países). Neste contexto, não se deve esquecer que para a Argentina, o Tratado do Mercosul tem um estatuto constitucional, enquanto no Brasil, o nível mais alto da legislação Mercosul não pode entrar em oposição com a Constituição brasileira se o regulamento tem que ser aplicado no país.

Outras questões relacionadas com facilitação do comércio se colocam em termos de normas para os produtos e de normas sanitárias e fitossanitárias, que não estão totalmente harmonizadas entre os quatro países do Mercosul, sendo que certificações múltiplas podem ser exigidas. Na perspectiva do Mercosul, muitas normas da UE (como para a indústria química) impõem custos de cumprimento elevados aos exportadores do Mercosul, regras que poder ser interpretadas como barreiras técnicas às trocas comerciais.

#### **5.4 Pontos a Ser Tratados no Estudo da Fase 2**

O estudo da Fase 1 da SIA Global Preliminar para comércio concluiu que as medidas de facilitação do comércio oferecem vantagens econômicas potenciais significativas aos países do Mercosul, particularmente a mais longo prazo, mas que elas também iriam induzir custos significativos. Projetava-se que uma assistência técnica efetiva contribuiria de forma substancial a garantir que as vantagens compensariam os custos.

O estudo da Fase 2 irá investigar até que ponto os custos de facilitação do comércio na UE atuam como uma restrição às exportações do Mercosul. Irá também investigar os custos e benefícios potenciais das seguintes medidas de facilitação do comércio no Mercosul:

- Uma harmonização legislativa UE-Mercosul e intra-Mercosul, inclusive uma simplificação dos procedimentos aduaneiros e de desembaraço alfandegário
- Medidas para melhorar a eficácia e a transparência

- O desenvolvimento de uma capacidade e de procedimentos administrativos adequados

O estudo da Fase 1 concluiu que os impactos sociais e ambientais das medidas de facilitação do comércio não deveriam ser significativos. Estes aspectos serão examinados de forma mais aprofundada na Fase 2.

Com base na presente análise, o estudo identificará as áreas nas quais uma assistência técnica da UE poderia ser particularmente benéfica.

## **6. RELATÓRIO INICIAL SOBRE SERVIÇOS FINANCEIROS**

---

### **6.1 Síntese do Quadro Geral dos Serviços Financeiros na UE**

Desde 1999, a UE está levando a cabo uma estratégia de maior coerência e coesão entre Estados Membros relativamente à regulamentação e ao monitoramento dos serviços financeiros. Em Dezembro de 2005, a CE publicou um Livro Branco sobre Serviços Financeiros, estabelecendo os objetivos da Comissão em termos de medidas de política para os serviços financeiros para o período até 2010<sup>8</sup>. O reforço da convergência nas práticas de monitoramento é seu objetivo fundamental. Uma revisão dos progressos realizados na consecução deste objetivo de integração financeira foi efetuada em 2007<sup>9</sup>.

A integração dos mercados de serviços financeiros da UE está em progressão de forma geral, mas a um ritmo muito diferente para os diferentes produtos e utilizadores finais. Os mercados atacadistas são em geral caracterizados por um alto nível de integração, enquanto os mercados financeiros de varejo continuam a estar nacionalmente fragmentados. O relatório de revisão da integração financeira reconhece que uma integração maior pode reforçar a concorrência e oferecer melhores oportunidades de financiamentos e de diversificação dos riscos, mas identifica riscos associados às mudanças estruturais correspondentes no sistema financeiro. Paralelamente à medidas de maior convergência dentro da UE, o relatório recomenda portanto o desenvolvimento de salvaguardas adequadas para garantir a estabilidade financeira.

A política da UE também reconhece meios pelos quais a instabilidade financeira pode ser transmitida a nível internacional, e busca reforçar o diálogo regulamentário e relacionado com regulamentos, com os principais parceiros comerciais da UE. Este diálogo inclui os Estados Unidos, Japão, e os mercados de serviços financeiros emergentes na China, Índia, Rússia e em outros países. Deveria ser um fator importante na negociação de uma acordo conjunto UE-Mercosul sobre liberalização de serviços financeiros.

Relativamente à crise dos 'sub-primés' nos Estados Unidos e a outras instabilidades recentes, o relatório de integração 2007 confirmou a pertinência da revisão em curso dos quadros prudenciais, e sublinhou a importância de diálogos sobre regulamentação dos serviços financeiros entre a UE e seus principais parceiros financeiros.

### **6.2 Síntese do Quadro Geral dos Serviços Financeiros no Mercosul**

A avaliação que segue resume a situação em cada um dos países do Mercosul no início de 2008. Visa a servir de plataforma a partir da qual poderão ser focalizados os serviços financeiros específicos que têm importância no comércio dentro do Mercosul e com países terceiros, especialmente os da UE<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2005)

<sup>9</sup> Comissão das Comunidades Europeias (2007)

<sup>10</sup> A avaliação por país apresentada no presente capítulo foi preparada por Rogelio Olivieri Acosta, Estudio López Dardaine, Buenos Aires

Uma atenção particular é dada às necessidades em termos de serviços financeiros dos exportadores do Mercosul. Se o acordo entre a UE e o Mercosul deve ter como resultado um cenário de melhoria do ponto de vista dos exportadores do Mercosul, por meio de uma maior abertura dos mercados da UE, estes exportadores vão então exigir um sistema financeiro orientado para as trocas comerciais, nos dois sentidos, mas, mais particularmente, no que diz respeito às exportações por parte das pequenas e médias empresas (PMEs).

Os anos noventa atravessaram mudanças importantes em termos de avaliação dos créditos pelos bancos na sub-região. Os mecanismos de fiscalização - os bancos centrais - integraram as Regras de Basileia que levam em consideração, essencialmente, a capacidade de reembolso real relativamente ao empréstimo solicitado, no lugar das garantias de fiança providenciadas pelos clientes. Estas garantias colaterais tinham criado uma série de problemas para as instituições financeiras quando chegava o momento de executar estas garantias, como atrasos no processo de tomada de decisões, uma queda do valor devida ao prazo corrido até o momento da venda, etc. Estas medidas tiveram um forte impacto favorável no setor das PMEs. Neste setor, os balanços e os extratos financeiros nem sempre refletem de maneira precisa o nível de atividade real da empresa, especialmente em matéria de lucros, o que, por sua vez, impede que os bancos sejam capazes de prestar assistência às PMEs.

Nos dez últimos anos, os Estados Partes do Mercosul sofreram várias crises financeiras. Essas crises tiveram consequências variadas a nível dos respectivos sistemas financeiros, que podem agora passar a ser examinados país por país.

### *Argentina*

A crise que afetou a Argentina entre 2001 e 2002 pôs um termo a um período de liberalização em alguns setores da economia. Para o que diz respeito ao setor financeiro, as vantagens, entre outras, que foram perdidas podem ser mencionadas aqui: a eliminação do controle do câmbio; os exportadores não tinham mais a obrigação de remeterem as divisas convertíveis para a Argentina; as empresas puderam ter acesso a créditos de duração média tanto nos mercados financeiros locais como estrangeiros, e conseguiram desta forma equipar e modernizar suas linhas de produção; os bancos argentinos tiveram acesso, pelo intermédio de seus correspondentes, a facilidades de crédito com taxas de juros extremamente competitivas.

A forte desvalorização que se tornou inevitável quando explodiu a crise trouxe consequências extremamente traumáticas, tanto em termos sociais como econômicos. Só será questão aqui das consequências relacionadas com o sistema financeiro.

- 1) Os depósitos em dólares foram confiscados, e foram mais tarde devolvidos em pesos argentinos (desvalorizados), com a aplicação de uma taxa de juro estabelecida pelo governo, para quem aceitasse esta opção. Outros clientes decidiram em plena legalidade exigir a restituição de seus depósitos na divisa de origem (dólar).

- 2) Por outro lado, as empresas e pessoas físicas com créditos em dólares puderam cancelar estas obrigações em pesos argentinos, com a aplicação de um índice estabelecido pelo governo. Esta situação, chamada de desvalorização assimétrica, criou graves problemas ligados ao valor das cadernetas de depósitos e aos balanços de ativos anuais, uma situação que ainda persiste.
- 3) Devido ao fato que o Governo tinha declarado o não pagamento da dívida externa, seguido de sua renegociação, uma série de bancos parou de cumprir suas obrigações para com bancos e instituições financeiras no exterior. No setor do comércio externo, era a primeira vez que os bancos argentinos deixavam de reembolsar os créditos concedidos pelos seus correspondentes estrangeiros relativamente ao pré-financiamento de exportações, ou que não cancelavam letras de crédito.
- 4) O Banco Central voltou a aplicar a regra de que os exportadores tinham de remeter suas divisas convertíveis para a Argentina; em caso de não cumprimento, os exportadores são submetidos ao sistema penal para câmbio.
- 5) Existe também um rácio de reserva de 30 por cento para todos os créditos financeiros chegando do exterior.
- 6) Quanto às exportações de bens de capital argentinos, não existem mecanismos que permitam que os exportadores concedam facilidades de crédito a longo prazo a seus clientes, ao invés do que ocorre em outros países (Eximbank nos Estados Unidos, Hermes na Alemanha, Coface na França, etc.).

Visto o que precede, à que devemos acrescentar a insegurança jurídica assim criada, podemos de forma concisa dizer o seguinte:

- 1) Existem hoje setores exportadores e importadores que têm acesso fácil às facilidades de crédito, quer seja diretamente do exterior, quer seja de seus próprios fornecedores. São essas grandes companhias, como exportadores de cereais, montadoras de automóveis, companhias petrolíferas, etc.
- 2) As PMEs que exportam, contudo, conhecem enormes dificuldades no sentido de obterem facilidades de crédito localmente para suas necessidades de capital produtivo (pre-financiamento) ou para seus descontos nas faturas de pós-expedição ("factoring" internacional), quando não estão cobertas por instrumentos financeiros que, por sua vez, cubram o risco relacionado com o comprador estrangeiro, como letras de crédito, cartas de bancos, etc.
- 3) No sistema financeiro argentino, não existem possibilidades de se obter um financiamento para apoiar planos de médio ou longo prazo que visem um aumento da capacidade de produção, das infra-estruturas, da logística, etc.

### *Brasil*

Mesmo se no fim dos anos noventa, o Brasil não tinha logrado manter sua taxa de câmbio (Janeiro de 2001), as consequências de sua desvalorização não foram tão traumáticas quanto na Argentina (em 2002). Não devemos esquecer que os antecedentes do Brasil como país exportador são fundamentalmente diferentes comparados com a Argentina, seu parceiro mais importante no Mercosul. Podemos mencionar aqui algumas das diferenças entre os dois países neste contexto:

- 1) O Brasil aderiu a uma política coerente em termos de assuntos estrangeiros. Mesmo se o protecionismo está bem estabelecido, manteve regras comerciais

claras com aqueles países que constituem seus mercados tradicionais de exportação, particularmente no tocante aos Estados Unidos. Esta situação difere da que vigora na Argentina, onde as relações com os Estados Unidos receberam a prioridade máxima durante os anos noventa, enquanto que hoje, dois parceiros comerciais estabeleceram laços muito estreitos com a Argentina: a Bolívia e a Venezuela.

- 2) No Brasil, existe uma longa e antiga cooperação entre a comunidade empresarial e o setor público no sentido de desenvolver e levar a cabo as políticas de exportação do país, e inclusive, de realizar operações comerciais.
- 3) A Argentina, como já foi mencionado, não tem instrumentos financeiros para apoiar as exportações de bens de capital. O Brasil tem o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES<sup>11</sup>) que participa ativamente ao lado dos exportadores.
- 4) O Brasil tem também uma lei que lida com as 'Trading Companies'. Por meio destes motores de exportação, os pequenos e médios produtores - das economias regionais interiores no Brasil - têm a possibilidade de venderem seus próprios produtos, beneficiando-se dos mesmos incentivos fiscais que se estivessem realmente eles próprios exportando. Estas 'trading companies' são empresas importantes que têm acesso a facilidades de crédito nos mercados financeiros tanto locais como estrangeiros.
- 5) Além de contar entre os maiores exportadores mundiais, o Brasil tem a vantagem de possuir um mercado interno significativo. Ambos estes mercados - o nacional e o internacional - criam um nível de demanda que permite que as empresas operem a níveis de produção competitivos, o que, por sua vez, é um fator dinâmico associado a oportunidades de negócios para as suas indústrias, e que brinda um cenário mais atraente para os bancos na hora de avaliarem pedidos de créditos.

Estes fatores dão uma indicação da importância que o Brasil atribui aos serviços financeiros relacionados com comércio exterior.

Mesmo se, no fim dos anos noventa, a desvalorização surtiu consequências negativas - alguns bancos simplesmente desapareceram, e outros foram forçados a se reposicionarem -, hoje, podem ser mencionados os seguintes aspectos positivos:

- 1) A maior parte dos bancos já superaram o estado de emergência e participam ativamente do financiamento do comércio exterior.
- 2) No entanto, convém sublinhar o facto que existem também dificuldades em termos de avaliação do risco crédito para as PMEs, devido (como no caso da Argentina) à sua inabilidade de registrar capacidade de reembolso.
- 3) Com uma taxa de juros positiva - 11 por cento contra uma taxa de inflação de 3 por cento -, há um fluxo considerável de capital estrangeiro para empréstimos tanto comerciais como de financiamento; no Brasil, não existe um mecanismo do tipo rácio de reserva de 30 por cento como na Argentina, onde a taxa de juros é negativa. Segundo dados não oficiais, em 2007, houve um fluxo de mais de 30 bilhões de dólares em capital estrangeiro entrando no Brasil.

---

<sup>11</sup> BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- 4) Existe uma política orientada para prestar assistência às empresas brasileiras de primeiro porte que buscam adquirir empresas na Argentina, no Paraguai e no Uruguai, em setores como aço, concreto, carne, petróleo e outros setores relevantes dos outros três Estados Partes do Mercosul. Esta busca existe também no setor bancário, como no caso do Itaú brasileiro, que adquiriu um banco argentino (Banco del Buen Ayre) e está participando ativamente do mercado interior argentino.
- 5) Há um fluxo de bancos e de instituições de financiamento penetrando o Brasil. Estas instituições também participam ativamente do comércio exterior do Brasil.

### *Uruguai*

Sendo um país relativamente pequeno tanto em quilômetros quadrados como em número de habitantes, se comparado com vizinhos como o Brasil e a Argentina, e tendo também atravessado dificuldades políticas, econômicas e financeiras, o Uruguai deve ser reconhecido como um país que resolveu os problemas evocados acima, sem sofrer as consequências traumáticas que afligiram a Argentina.

O sistema financeiro sempre ocupou uma posição de relevo no cenário econômico uruguaio, e os governos sucessivos do país sempre foram extremamente cautelosos na hora de anunciarem seus programas relativamente ao sistema financeiro. Os sinais enviados - sempre claros - evocavam confiança e seriedade, que são elementos fundamentais em matéria de serviços financeiros.

Algumas das características seguintes confirmam o que acaba de ser dito:

- 1) A partir de 1974, não há restrições relativamente a fluxos de capitais, quer seja entrando ou saindo.
- 2) A preservação do sigilo bancária é tida como sagrada.
- 3) Imposto de renda: se uma empresa operando com comércio exterior está domiciliada no Uruguai, mas tem na realidade trocas comerciais com outros países (exceto Uruguai), não paga nenhum imposto de renda. Esta regra possibilita o funcionamento de companhias de investimentos financeiros. Foi este um formato jurídico bastante usado por companhias estrangeiras até hoje, mas que será interrompido por lei a partir de 2010.
- 4) Zonas Francas Locais: este foi um instrumento extremamente importante utilizado pelo Uruguai para o que diz respeito a comércio exterior; a possibilidade de importar mercadorias do exterior, agregando-lhes valor e re-exportando o produto a custos muito inferiores àqueles que resultariam de um funcionamento no território nacional, ou a possibilidade de armazenar mercadorias que podem servir de garantia fiadora a uma instituição financeira, captando-se assim recursos, são algumas das vantagens que as zonas francas locais no Uruguai oferecem, e que fazem delas plataformas comerciais extremamente competitivas.

Visto o que precede, consideramos que o sistema financeiro do Uruguai está estabelecido com firmeza, e aproveitando um fluxo considerável de capitais, provenientes especialmente da Argentina e do Brasil. Dito isto, é importante salientar que no Uruguai, os bancos - em matéria de comércio exterior - têm como orientação

prestar assistência às grandes empresas, particularmente as multinacionais que operam na Argentina e no Brasil, mas que têm um escritório operacional no Uruguai. Estas companhias, no entanto, têm acesso a facilidades de crédito pelo intermédio de outros bancos ou fundos no exterior. Tais circunstâncias fazem do mercado financeiro uruguaio um mercado que apresenta um cenário bastante competitivo.

E aqui também, as PME exportadoras sofrem com seus balanços e seus resultados financeiros, o que sempre dificulta bastante a assistência prestada pelos bancos.

### *Paraguai*

Tradicionalmente, o Paraguai foi um país de agricultura e pecuária, além de operar também na produção de produtos da madeira; a extensão de suas áreas florestais é uma indicação do compromisso do país neste setor específico. Quanto à agricultura, estes últimos anos, a soja passou a representar uma parte significativa de suas exportações.

O Paraguai atravessou duas crises - em 1995 e em 1998 - que tiveram um efeito considerável na sua atividade econômica, devido à forte queda nos depósitos e ao atraso no reembolso dos créditos. O Banco Central teve que intervir ativamente com relação a uma série de bancos, de companhias de câmbio, de cooperativas de crédito, etc., e várias destas instituições tiveram que parar completamente suas atividades. As consequências destas duas crises se fizeram sentir durante os anos que seguiram. No entanto, aos poucos, o sistema financeiro se fortaleceu, devido à participação de bancos estrangeiros e, ainda, à maior atividade fiscalizadora incumbida ao Banco Central.

Mas em 2002, a crise que sacudiu a Argentina teve também um impacto sobre o sistema financeiro paraguaio. A economia se deteriorou, a inflação subiu, o *guaraní* (a moeda paraguaia) foi desvalorizado e os desequilíbrios fiscais aumentaram. Todos esses fatores desencadearam uma retirada massiva dos depósitos pelo público, criaram uma evasão de capitais para outros países, e foram responsáveis pela queda de uma de suas instituições mais importantes, o Banco da Alemanha.

O Governo se dirigiu ao FMI, solicitando um empréstimo condicional de 200,000,000 dólares. O empréstimo foi concedido com a condição de que seria aplicada uma certa lei (a Lei Nº 2334); que foi de facto aplicada em Dezembro de 2003, e que lida com duas questões chave: a garantia dos depósitos e regulamentações sobre agentes financeiros. Esta lei deu ao Banco Central de Paraguai a base jurídica necessária para exercer uma fiscalização mais firme sobre as instituições do sistema financeiro. Isto por sua vez contribuiu para restaurar a solidez do sistema financeiro. Hoje, o sistema está normalizado.

Convém frisar que no Paraguai também, as companhias multinacionais exportadoras têm acesso a facilidades de crédito estrangeiras.

### **6.3 Outras Questões Relacionadas com os Sistemas Financeiros do Mercosul**

A situação relativamente aos investimentos estrangeiros em Março de 2008 é aquela descrita no relatório da SIA Global Atualizada da Fase 1. Os regimes relativos aos

investimentos estrangeiros foram extremamente liberalizados nos últimos 15 anos, em cada Estado Parte do Mercosul, e são hoje considerados como oferecendo as condições de se atrair investimentos estrangeiros volumosos. Persistem ainda contudo restrições significativas, como no Brasil, onde as limitações aos investimentos estrangeiros cobrem várias áreas, inclusive mineração e exploração de recursos minerais, e refinação ou transporte de hidrocarbonetos, que permanecem sob monopólio estatal. Outro facto é que a presença comercial de entidades ou pessoas físicas estrangeiras sofre restrições nos serviços financeiros, onde o estabelecimento de novas instituições financeiras passa por um processo de aprovação caso por caso.

Na Argentina, ao ser instalada uma economia em crescimento firme, um certo grau de interferência política conspirou, em certa medida, contra os fluxos de investimentos estrangeiros no decorrer do ano 2007.

Outras questões importantes relativas aos serviços financeiros incluem:

- A falta de financiamentos para o desenvolvimento de projetos;
- A ausência de bancos do setor privado, por várias razões
- Uma ineficácia burocrática associada ao papel de liderança desempenhado pelas instituições bancárias públicas nos acordos
- A falta de gestão e de formação em gestão

Para solucionar estas questões, a experiência no seio da UE em termos de cooperação entre regiões, províncias ou municípios pode trazer lições úteis para o Mercosul.

#### 6.4 Estatuto da Liberalização dos Serviços Financeiros

As negociações UE-Mercosul visam a obter-se compromissos adicionais para a liberalização do comércio nos serviços, que vão além dos compromissos já assumidos na OMC ao abrigo do Acordo Geral sobre Comércio nos Serviços (GATS em inglês). A Tabela 18 apresenta os compromissos GATS assumidos pela Argentina, o Paraguai e o Uruguai, tais como estão resumidos nas 'Trade Policy Reviews' (TPR em inglês) da OMC.

**Tabela 18: Resumo dos compromissos específicos ao abrigo do GATS**

Modos de abastecimento:	Acesso ao Mercado				Tratamento Nacional			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Abastecimento Transfronteiriço	1				1			
Consumo no Exterior		2				2		
Presença Comercial			3				3	
Presença de Pessoas Físicas				4				4
<b>Compromissos</b> (■ total; ▣ parcial; □ nenhum compromisso; - não consta do Cronograma)								
<b>Argentina</b>								
A. Todos os serviços de seguros e relacionados com seguros				□				□
(a) Serviços de seguros de vida	□	□	▣	□	□	□	■	□
(b) Serviços de seguros de não-vida	□	□	▣	□	□	□	■	□
Serviços de seguros de transporte marítimo	■	■	▣	□	■	■	■	□
(c) Resseguros e retrocessão	■	■	▣	□	■	■	■	□
B. Serviços bancários e outros serviços financeiros				□				□
(a) Aceitação de depósitos e outros fundos reembolsáveis do público	□	■	■	□	□	■	■	□

Modos de abastecimento:	Acesso ao Mercado				Tratamento Nacional			
	1	2	3	4	1	2	3	4
<b>Abastecimento Transfronteiriço</b>	1				1			
<b>Consumo no Exterior</b>		2				2		
<b>Presença Comercial</b>			3				3	
<b>Presença de Pessoas Físicas</b>				4				4
(b) Créditos de todo tipo por instituições financeiras, e financiamento de transações comerciais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(c) Serviços financeiros de leasing	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(d) Todos os serviços de pagamento e transmissão de dinheiro	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(e) Garantias e autorizações	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(f) Trading, por conta própria ou por conta de clientes, quer seja câmbio, mercado fora de bolsa ou outros, dos elementos seguintes: instrumentos do mercado monetário; câmbio de divisas; produtos derivados; instrumentos de taxa de câmbio e de juros; valores mobiliários; outros	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(g) Participação nas emissões de todo tipo de valores e prestação de serviços relacionados com essas emissões	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(h) Corretagem de títulos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(i) Gestão de ativos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(j) Serviços de pagamento e de compensação de ativos financeiros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(k) Assessoria e outros serviços financeiros auxiliares	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(l) Fornecimento e transferência de informações financeiras	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novos serviços financeiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Paraguai</b>								
A. Seguros								
(Excluindo resseguros e retrocessão)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Resseguros e retrocessão	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
B. Bancos								
Aceitação de depósitos e outros fundos reembolsáveis do público	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Créditos de todo tipo, inclusive crédito ao consumidor, créditos hipotecários, etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Outros serviços auxiliares na intermediação financeira	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<b>Uruguai</b>								
A. Serviços de seguros e relacionados com seguros								
a. Seguros diretos								
Seguros de vida e pessoais	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguros para veículos a motor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seguros de transporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seguros de frete	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Resseguros e retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-
c. Intermediação de seguros	-	-	-	-	-	-	-	-
d. Serviços auxiliares aos seguros								
Serviços de consultoria seguros e pensões	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços atuariais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
B. Serviços bancários								
a. Aceitação de depósitos e outros fundos reembolsáveis do público	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Créditos de todo tipo								
Créditos pessoais a prestações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Leasing financeiro com opção de compra	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Todos os serviços de pagamento e transmissão de dinheiro								

Modos de abastecimento:	Acesso ao Mercado				Tratamento Nacional			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Abastecimento Transfronteiriço	1				1			
Consumo no Exterior		2				2		
Presença Comercial			3				3	
Presença de Pessoas Físicas				4				4
Serviços de cartões de crédito	■	■	□	□	■	■	■	□
e. Garantias e autorizações	–	–	–	–	–	–	–	–
C. Valores mobiliários	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: *Trade Policy Reviews*, OMC, 2005, 2006, 2007

Informações gerais sobre os compromissos GATS do Brasil são providenciadas no TPR 2004 relativo ao Brasil (OMC, 2004). A maior parte dos compromissos constam do modo 3 (presença comercial), sem que haja nenhum compromisso no modo 1 (oferta transfronteiriça). Limitações horizontais de acesso ao mercado foram programadas nas áreas da presença comercial (modo 3), do movimento das pessoas físicas (modo 4), dos investimentos e subsídios. Para o modo 4, o acesso ao mercado é garantido unicamente ao pessoal especializado que trabalha com contratos temporários, e são aplicadas condições especiais à nomeação de gerentes das filiais de empresas estrangeiras. O Brasil também manteve o direito de exigir que os fornecedores de serviços estrangeiros sejam organizados como entidades jurídicas ao abrigo da legislação brasileira. A instalação de novas instituições financeiras é avaliada caso por caso. A participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras é sujeita a condições relacionadas com interesse nacional, acordos e reciprocidade internacionais, na ausência das quais o estabelecimento de novas sucursais de instituições financeiras, ou um aumento da participação estrangeira não são autorizados. A prestação transfronteiriça de serviços de seguros não é permitida, mesmo se a compra de seguros fora do Brasil pode ser autorizada em certas condições.

Na Argentina, a legislação é regida pelo princípio de tratamento nacional do capital estrangeiro (OMC, 2007). Muito mais compromissos foram assumidos ao abrigo do GATS do que nos outros países do Mercosul. O Uruguai tem um sistema financeiro relativamente liberal, mas incluiu numerosas limitações nas suas programações GATS, inclusive limites quantitativos para vários tipos de serviços financeiros (OMC, 2006). Os compromissos do Paraguai sobre serviços financeiros ao abrigo do GATS incluem uma presença comercial para os bancos de poupança e de financiamento, e modos de oferta 1, 2 e 3 para os serviços de consultoria financeira, a intermediação de empréstimos e o câmbio (OMC, 2005).

Como indicado no relatório SIA da Fase 1, o Mercosul ofereceu mais 'novos' setores nas negociações UE-Mercosul do que a UE, mas como não existe nenhuma livre prestação de serviços entre os Estados Partes do Mercosul, esta oferta é menos atraente do que teria sido se fosse o caso. Pena (2005), resumindo as propostas no setor dos serviços, declara que o valor da oferta Mercosul está todo no valor da contribuição brasileira, especialmente nos setores das telecomunicações e dos serviços financeiros. As ofertas feitas por cada país no tocante a serviços financeiros estão resumidas na Tabela 19.

**Tabela 19: Comparação dos compromissos específicos e das ofertas para a liberalização dos serviços financeiros**

Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai			UE		M/E U
UR	Doha	M/EU	UR	Doha	M/EU	UR	Doha	M/EU	UR	Doha	M/EU	UR	Doha	
20	20	21	11	11*	35	5	5	10	3*	3*	26	22	22	22
			*		*						*			

UR: Rodada de Uruguai, Doha: Ofertas iniciais apresentadas nas Negociações de Doha, M/EU: ofertas apresentadas no processo bilateral

\* Os países não assumiram seus compromissos conforme a classificação do W/120, de maneira que não se pode efetuar uma comparação entre os compromissos de vários países.

Fonte: Pena, 2005

## 6.5 Pontos a Ser Tratados no Estudo da Fase 2

A SIA Global Preliminar para comércio empreendida no estudo da Fase 1 concluiu que a liberalização dos serviços financeiros oferece um potencial de benefícios econômicos significativos nos países do Mercosul, como também na UE, mas que ela tem que ser acompanhada por uma regulação e fiscalização reforçadas, de modo a atingir esses benefícios. Este tipo de ação é também essencial para evitar escolhos potenciais. Em consequência, as previsões são que tanto os países da UE como os do Mercosul adotem uma abordagem cautelosa e sequencial, pela qual os benefícios seriam realizados de forma incremental durante várias fases de um programa de liberalização seletiva.

O estudo da Fase 2 irá investigar em mais detalhes os seguintes aspectos da liberalização dos setores dos bancos, dos seguros e de outros serviços financeiros:

- a influência da liberalização sobre a estabilidade do sistema financeiro tanto na UE como no Mercosul;
- os custos e benefícios potenciais para as indústrias do Mercosul, particularmente as indústrias exportadoras;
- os benefícios e inconvenientes potenciais para as PMEs no Mercosul;
- os efeitos das diferenças entre os países em termos de estruturas econômicas e financeiras;
- as necessidades em termos de regulamentação, fiscalização e desenvolvimento das capacidades de gestão.

O estudo da Fase 1 não identificou nenhum impacto ambiental significativo na liberalização dos serviços financeiros, nem nenhum impacto social outro que aqueles diretamente associados aos impactos econômicos. Estes aspectos serão examinados de forma mais aprofundada na Fase 2.

Com base na presente análise, o estudo irá providenciar mais informações a partir das quais um programa de liberalização seletiva em várias fases poderia ser elaborado, de maneira a maximizar os benefícios potenciais e a minimizar os riscos associados.